



Os africanos que mereceram destaque na cronística da expansão portuguesa do século XV.

Paula Sposito Almeida¹

Recebido em: 16/01/2019

Aprovado em: 14/03/2019

RESUMO

O contato português com os mouros e outros homens de “nações variadas” nas praças marroquinas no início do século XV, ajudara a descortinar uma África até então desconhecida da Europa cristã. O Infante D. Henrique, desejoso de “saber mais e melhor” sobre as terras de Guiné, passou a enviar para lá os homens que haviam guerreado ao seu lado em Ceuta. No entanto, as notícias correram Cristandade afora: estrangeiros vinham oferecer seus serviços à coroa; curiosos se dirigiram a Lisboa para acompanhar de perto aqueles desdobramentos; e já em meados do século o cronista Gomes Eanes de Zurara compunha a primeira história dos feitos portugueses na Guiné. Nos anos seguintes foram escritos diversos relatos, diários, roteiros e crônicas sobre as viagens e os lugares alcançados; lançando luz sobre as particularidades das terras e suas gentes. À primeira vista, os povos pareciam um aglomerado sem distinção, mas com o contato recorrente e mais demorado, etnias, povoados e reinos foram sendo delineados e reconhecidos, e por fim, alguns africanos começaram a ganhar destaque nos relatos. O presente estudo percorrerá esses escritos em busca das rápidas e/ou mais circunstanciadas menções aos africanos que mereceram distinção, e que revelam, concomitantemente, as afeições dos cristãos em dizê-los.

Palavras-chave: Expansão portuguesa. Crônicas. Relatos de viagem. Africanos. Século XV.

Africans who were designated by the literature of portuguese expansion in the 15th century.

ABSTRACT

The Portuguese contact with Moors and other men from "varied nations" in Morocco in the early fifteenth century contributed to showing an unknown Africa to the Christian Europe. In order to "know more and better" about the lands of Guinea, Prince Henry would then send men who have fought by his side in Ceuta. However, the news spread throughout Europe: foreigners would offer their services to the Portuguese Court; curious people would go to Lisbon in order to follow closely the development; Gomes Eanes de Zurara composed a first history of the Portuguese feats in Guinea. In the previous years, it was written scripts and chronicles on the trips and the places reached; shedding light on the particularities of the lands and their people. At first glance, peoples looked like the same, but with a posterior contact ethnicities, settlements and kingdoms were being outlined and recognized, and finally, some Africans were appointed

¹ Bacharel e Licenciada em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca. Mestranda FAPESP no Programa de Pós-Graduação em História e Cultura da mesma universidade. E-mail: paulaspsto@hotmail.com. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3458031748907669>. O presente artigo é resultado de pesquisa desenvolvida no âmbito do Projeto Temático “Escritos sobre os novos mundos (...)”, financiado também pela FAPESP, (Processo nº 2013/14786-6).



in reports. The present study intends to covering these short or more circumstantial reports about Africans, searching mentions to these cases which deserved distinction, and which reveal, concomitantly, the affections of Christians in writing about them.

Keywords: Portuguese expansion. Chronicles. Travel accounts. Africans. 15th Century.

1 OS EIXOS CONDUTORES E OS DESÍGNIOS DA ESCRITA DE UMA HISTÓRIA QUE SE QUERIA GRANDIOSA

Na crônica que compôs Gomes Eanes de Zurara no intuito de legar à posteridade os notáveis feitos portugueses na Guiné sob a tutela do Infante D. Henrique, o autor afirmou que entre os “cuidados” (ZURARA, 1973, p. 14) de sua obra² estava o de tratar da “divisão daquelas terras por onde as nossas gentes andaram”, para que os seus contemporâneos pudessem conhece-las, mas também tivessem “conhecimento do engano” (ZURARA, 1973, p. 321) em que viveram seus antepassados acerca das coisas de África.

De acordo com o cronista, descrever as terras implicava em dizer, do mesmo modo, sobre a “maneira de viver” (*Ibidem*, p. 333) dos povos que lá habitavam, coisa que não podia passar despercebida pela sua “ousada pena” (*Ibidem*, p. 13), dada “alta matéria” a que fora designado. Em alguns momentos, o cronista parece até mesmo deixar de lado o esforço e a tarefa quase sistemática de “ajuntar e ordenar” (*Ibidem*, p. 10) aquela história, para então se envolver diretamente nos eventos que narrava.

Bastante conhecida é a passagem na qual o autor não pôde conter as lágrimas ao narrar a chegada dos primeiros cativos em Lagos, no sul de Portugal, justificando, entretanto, este seu “padecimento” devido a sua “humana natureza” (*Ibidem*, p. 121-122). Em outros momentos, ao ver tamanho o sofrimento daquela “gente miserável” ao serem separados uns dos outros, parece questionar os propósitos do que denominou de “miserável campanha”, pois lembrava-se de que

² Escrita entre os anos de 1453-1455, em sua *Crônica de Guiné* o cronista português esteve preocupado sobretudo em exaltar a “glória”, os “louvores, e a “fama” de D. Henrique, e em mostrar os seus “grandes trabalhos” em descobrir novos e proveitosos lugares para o reino; no entanto, como sublinhou diversas vezes, as “empresas” do Infante foram responsáveis também por alargar as fronteiras do mundo cristão, levando a verdadeira fé para aquelas “bárbaras nações em número quase infinito”. Por isso se fazia necessário, igualmente, exaltar os nomes dos homens ilustres que foram enviados às terras de Guiné, porque abriram os penosos primeiros caminhos: tanto os terrenos, quanto os espirituais. Cf: ZURARA, Gomes Eanes de. **Crônica de Guiné**. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança. Lisboa: Livraria Civilização, 1973, pp. 11-18.



todos eram de certa forma iguais, oriundos “da geração dos filhos de Adão” (*Ibidem*, p. 122-123).

Entre o zelo de compor uma história que cumprisse com o seu elevado desígnio, e os encantos pessoais de que foi vítima, a *Crônica de Guiné* deixa entrever os elos moralizantes que inspiraram o fio de uma narrativa que se pretendia grande ao dar destaque às trajetórias dos reis, infantes e homens ilustres protagonistas daqueles eventos.

Entretanto, a obra do autor não se resguardou ao espanto diante das novidades, nem a certo envolvimento pessoal ao minudenciar determinadas histórias; e vez ou outra acabou por, igualmente, lançar certos juízos morais às condutas de uns, e aos nomes de outros. Outros viajantes contemporâneos do cronista, e que também se preocuparam em narrar estes eventos, menos encobertos estavam de semelhante desígnio, mas não totalmente isentos desses eixos morais. Estes homens que se detinham pela primeira vez em um mesmo espaço, estavam, igualmente, imbuídos dos valores morais cristãos de sua época (FOUCAULT, 2016, p. 41-42).

Os relatos de viagens e crônicas dedicados a narrar o alargamento do mundo cristão em África no irrequieto século XV, trazem preocupações em suas narrativas que acabam denunciando certos valores e formas de transmitir saberes em comum: a de ordenar um passado mais ou menos recente; a de ensinar os vindouros e a de dar a conhecer as excentricidades daquele mundo recém-descoberto a partir dos que viram e ouviram, em detrimento do que supuseram os antigos.

A experiência do ver ia ganhando o estatuto de um dizer mais verdadeiro (VEYNE, 2009, p. 19) que o dos teóricos antigos, por ensinar os homens a viverem sem engano (PEREIRA, 1988, p. 160) desde as “abusões e fábulas” que escreveram no passado sobre as terras de África. No relato da viagem que empreendeu pela costa africana no ano de 1455, o mercador estrangeiro Luís de Cadamosto,³ ressaltou o seu dever moral em recontar aquela história aos que dele viessem “descender”, pois, de acordo com as suas palavras, ele havia sido o “primeiro” da “nobre cidade de Veneza” a ver “muitas coisas novas e dignas de alguma notícia” em “vários e novos lugares” (CADAMOSTRO, 1948, p. 83).

Quase cinquenta anos depois, o cosmógrafo oficial do reino português encarregado de produzir o primeiro grande roteiro circunstanciado das rotas africanas, retomava o propósito

³ No original Alvise da Ca da Mosto, no entanto, no presente artigo utilizaremos a forma lusófona do nome empregada por outros relatos da época, e, também, pela literatura posterior.



primo daquele tipo de narrativa: recontar os feitos dos “excelentes barões e muito antigos antecessores” dignos de “perpétua lembrança”, de forma que a “memória não seja reduzida” (PEREIRA, 1988, p. 10), e que tanto mais se acrescente à glória do reino, como sirva de ensinamento aos vindouros.

Outros relatos, ainda que indiretos ou implícitos nesses propósitos - ou porque escritos avidamente durante as viagens,⁴ ou por terem sido transmitidos oralmente⁵ -, não fugiam a esses lugares discursivos quase comuns do conhecer empiricamente para prevenir os erros do passado (AVELAR, 2011), bem como do dever quase moral de transmitir aos outros. Desde as primeiras viagens o cronista português já reiterava esse dever moral da transmissão do conhecimento e da experiência adquiridos nas terras de lá, no intuito primo de coloca-los ao lado das grandes histórias do passado do reino; ressaltando os feitos notáveis de seus homens, e auxiliando-os a não incorrer nos mesmos erros provenientes do engano e da ignorância dos primeiros.

2 NOVAS FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS: DAS ESTADAS BREVES ÀS MAIS DEMORADAS

Nas viagens mais longas seguidas às das incursões em Ceuta, as chegadas nas costas de Guiné haviam sido muito penosas, e por isso, eram quase sempre breves; pois o que havia sido tomado por certo a partir dos antigos, começava a ser contraposto pela experiência dos que pereciam nos mares tenebrosos do sul, ou em decorrência dos ataques dos africanos nas praias, bem como das doenças em mar e em terra (LOPES, 2009, p. 177-178). Por isso, por cerca de “15 anos” consecutivos o Infante D. Henrique “nunca pode ser certo sobre a gente desta terra” nem em que lei, ou “senhorio” viviam (ZURARA, op. cit., p. 73), pois as coisas novas e inesperadas começaram a pôr em dúvida o conhecimento que se tinha acerca da África até então.⁶

⁴ O relato de bordo de Álvaro Velho, acompanhante de bordo da embarcação de Vasco da Gama, quando da primeira circum-navegação de África com destino às Índias; e o relato do flamengo Eustache de La Fosse quando preso pelos portugueses por comercializar mercadorias na região do rio do Ouro sem prévia autorização. Cf.: VELHO, Álvaro. **Roteiro da Viagem de Vasco da Gama**. 2ª Ed. Cópia e correções por A. Herculano e Barão do Castelo de Paiva. Lisboa: Imprensa Nacional, 1939; LA FOSSE, Eustache de. **Crônica de uma viagem à costa da Mina no ano de 1480**. Lisboa: Vega, 1992.

⁵ Como foi o caso do relato da viagem de Diogo Gomes de Sintra, transmitido ao alemão Martinho da Boêmia; e do português Pedro de Sintra, narrado pela pena de Alvise Cà da Mosto.

⁶ Dois exemplos bastante divulgados, era o de que aquelas terras seriam desabitadas devido aos calores tórridos dos trópicos; e o da existência de antípodas, homens que andavam com os pés ao contrário “dos nossos”. Mas o



Os que viajaram entre aqueles anos tiveram de criar novas formas de identificação dos espaços, ou mesclar às ferramentas tradicionais (GODINHO, 1962) as práticas desenvolvidas ao longo dos percursos, se queriam chegar mais longe ou simplesmente garantir o retorno para casa. Os navegadores se detinham em alguns elementos que, à primeira vista, denunciavam as diferenças substantivas entre os povos e os lugares, como forma de conhecê-los melhor e de entender a sua terra. Daí é bastante comum encontrar nos relatos minudências sobre o clima, a vegetação, a qualidade dos rios, bem como as menções às linguagens das gentes, suas tonalidades e feições; o uso de vestimentas, adornos, ou a nudez; os instrumentos e táticas de guerra; os tipos de habitação, etc.; não só por chamarem a atenção, mas porque trazer para perto, e buscar certa sistematização dos encontros, ajudava a conhecer melhor, e assim, a prevenir os erros.

Se nas primeiras e breves viagens, mormente, em virtude dos desencontros e das escaramuças, havia sido difícil distinguir povos, línguas, ou mesmo depreender a humanidade de alguns,⁷ tão mais difícil era traçar quem eram os principais entre aqueles: se haveria homens de sangue nobre, e se os reis, chefes ou senhores locais tinham poder e autoridade para governar os seus (NIETO SORIA, 2004). Já nas primeiras chegadas sentiu-se a necessidade de ficar mais, conhecer melhor, criar laços.

Um caso atípico para a década de 1440, o do escudeiro João Fernandes que decidiu viver entre os mouros do deserto por sete meses para melhor conhecer os seus costumes,⁸ denuncia o que já na década de 1450 se fazia urgente: fixar presença e firmar relações duradouras. Pouco tempo depois, o navegador português Diogo Gomes de Sintra se vangloriava dos avanços feitos já na região do rio Senegal: “Eu, Diogo Gomes, [...] tive uma âncora do rei dos negros que me

que os viajantes viram foi muito pelo contrário das suposições, Pacheco escreve que foi constatado uma terra muito povoada de negros de várias nações. Já no caso dos antípodas, o próprio Duarte Pacheco admitiu que ainda tinha esperanças de localizá-los Cf.: PEREIRA, Duarte Pacheco. loc. cit. pp. 17-26; RANGLES, W.G. L. **Da terra plana ao globo terrestre** – uma mutação epistemológica rápida (1480-1520). Campinas: Papyrus, 1994, p. 14-15.

⁷ Quem eram aqueles homens selvagens, que como sublinhou Duarte Pacheco Pereira, “tudo tem de criatura humana”, mas que no lugar de falar, gritam; se besuntam em gordura de porco, “comem carne humana”, não tem comércio e são “gente belicosa”? A alienação ao culto divino, a ausência de comércio, ou a pobreza dos modos de viver de alguns povos africanos encontrados além da costa da Mina pelos cristãos, ou seja, a não constatação de indícios de familiaridade cultural ou religiosa, foi apreendida como uma forma de bestialidade, dando início a uma grande controvérsia: a possibilidade de conversão e comércio. Cf. PEREIRA, Duarte Pacheco. **Esmeraldo de Situ Orbis**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988, pp. 150-153; GODINHO, Vitorino Magalhães. O encontro dos outros – da <<bestialidade>> ao humano. In.: **Mito, mercadoria, utopia e prática de navegar** – séculos XIII-XVIII. Lisboa: Difusão Editorial, 1990, p. 107.

⁸ Ver: ZURARA, Gomes Eanes de. loc. cit. p. 325-326; COSTA E SILVA, Alberto da. **A Manilha e o Libambo** – A África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 229.



fez presente dela. Fui eu também o primeiro cristão que firmei com eles um tratado de paz” (SINTRA, 2002, p. 67). A estadia mais longa ou permanente começava a facilitar os caminhos, e certas conquistas já podiam ser celebradas; “um sacerdote de nome Polono, da vila de Lagos”, mereceu destaque na cronística da expansão por ter sido “o primeiro que celebrou os ofícios divinos na Guiné”, mais precisamente na furna de Arguim (*Ibidem*, p. 61).

Estes que ficavam por mais tempo na terra dos negros, e que estavam acostumados a recorrer ao critério da diferença ou do familiar para compreender - sujeitos, no entanto, ao que já conheciam -; podiam, a partir dessa longa estada, observar o que a eles havia sido desconhecido até então, e a despeito do espanto ou do fascínio que causava, traçar novos parâmetros de reconhecimento e de formas de ver o seu mundo alargado.

Se os parâmetros a que antes recorriam os cristãos para situar o que era de suma importância para eles já não os serviam no caso de encontrarem coisas “nunca antes vistas” ou sabidas; com os olhares mais demorados e as relações mais intrincadas, foi possível perceber as novidades que, ainda que estranhas, denunciavam os modos de vida e de organização de dada sociedade. Com isso, tornou-se possível aos que viajavam as novas sistematizações e o estabelecimento de outros padrões de identificação, pautados naquilo que foi sendo percebido ao longo do tempo e dos espaços (ZUMTHOR, 1998).

Em outras palavras e detendo-se nas especificidades das constatações, o nobre oriundo daquelas terras podia não ter sido iniciado em ordens de cavalaria, ou não ter bom conhecimento da linhagem e do sangue de sua família (MATTOSO, 1985), como se esperava que assim o fosse, mas constatou-se que, aquele que vestia melhores roupas e falava várias línguas, muito provavelmente era um fidalgo em terras africanas.

Do mesmo modo, à primeira vista, foi dito que alguns povos não tinham crença alguma, e por isso, pareciam beirar a bestialidade; com o tempo, no entanto, entre esses mesmos povos foi observado e minuciado que determinados homens, objetos ou práticas eram considerados sagrados a partir de seus próprios códigos, evidenciando, assim, a existência de crenças peculiares (MELLO E SOUZA, 2018).

A primeira diferença que, para Zurara, Cadamosto, e mais tarde, a Duarte Pacheco, pareceu clara em mostrar alguma ordem social⁹ daqueles povos, foi o uso de vestimentas mais

⁹ Na Idade Média cristã a ordem era considerada uma dádiva de Deus, e era essa dádiva divina que ditava e justificava a hierarquia dos homens no mundo terreno. Cf.: HESPAÑHA, António Manuel. Os juristas como



complexas de uns em relação a outros. Num primeiro contato, constatar que apenas alguns homens usavam camisas e ceroulas, ou alquicés, em contraste a grande maioria que usava pobremente uns panos de algodão ou que, simplesmente andavam completamente nus, dava a entender um tipo de sociedade que poderia até ser semelhante ao que os viajantes estavam habituados em suas terras. A passagem na qual o cosmógrafo descreve que alguns dos Jalofos que viviam na região do rio Senegal eram “fidalgos e homens honrados” por vestirem “camisas de pano algodão, azuis e ceroulas do mesmo pano” (PEREIRA, Duarte Pacheco. op cit. p. 97), é quase a mesma da que se utilizou o veneziano Luís de Cadamosto para descrever anos antes o “vestir dessa gente” do primeiro reino do “país dos negros”, em que quase todos andavam “nus continuamente”, mas “os senhores e aqueles que podem alguma coisa vestem camisas de pano de algodão” (CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 120). E, embora de forma mais generaliza essas descrições remetem ainda ao que escreveu o cronista português sobre os que “tem alquicés” e “vestidos bons” naquelas partes, e que por causa disso eram mais “honrados” ou “especiais” que os demais (ZURARA, Gomes Eanes de. op. cit. p. 323).

Conforme os lugares alcançados iam se tornando cada vez mais longínquos, em alguns casos e em certos aspectos ainda era possível fazer aproximações ao que se conhecia, ou ao que se reputava como bom e aceitável em terras cristãs (FRANÇA, 2018).

No entanto, em certa altura, restava somente àqueles homens aceitar a distinção que os próprios povos faziam de si mesmos. Aos poucos, as particularidades das gentes foram sendo reconhecidas pelos viajantes que observavam, e se tornando menos estranhas aos que lá depois passavam. Não sem algum estranhamento inicial, Cadamosto descreve os azenegues que viviam na porção desértica da Mauritânia, como gente que tinha um “estranho costume” de trazer a “cabelereira” com “cabelos anelados pelas costas abaixo”, além de untar seus corpos todos os dias com gordura de peixe, o que os fazia cheirar “muito mal”.

Contudo, o mercador percebe que nesses usos do corpo havia uma forma de se reputar com “grande distinção” em relação aos demais (CADAMOSTO, Luís de. op. cit. p. 105-106). A partir de uma lógica semelhante, escreveu que os canarinos costumavam, “tanto os homens, quanto as mulheres,” a “pintar o corpo com sucos de ervas verdes, vermelhas, amarelas e de cores semelhantes”, e fazendo isso, consideravam que era “uma bela divisa”. O mercador

couteiros – a ordem na Europa ocidental dos inícios da idade moderna. *Revista Análise Social*, v. 161, 2001, p. 1183-1208.



percebeu que para aquela gente aquilo era sinônimo de “gala”, intenção que não diferia daquela dos cristãos, quando utilizavam seus vestidos espalhafatosos (*Ibidem*, p. 100).

Mesmo tendo conhecido pessoalmente somente o norte da África, o cronista português pôde notar alguns dos códigos daqueles guineus a partir dos cativos que chegavam em Portugal com suas “roupas de cores variadas”, tão extravagantes por sua tamanha “louçania”; e narrou com certo divertimento que aqueles tinham o hábito de apanhar as “farpas” que os portugueses deixavam cair de seus “saíos”, e com estas “cosiam em suas roupas” como “se fosse outra coisa de maior perfeição” ((ZURARA, op. cit., p. 127).

3 OS GRANDES¹⁰ NAS TERRAS DE LÁ

Ao longo do século XV a pretensão de unidade do mundo cristão além das fronteiras conhecidas concentrou-se nas terras de Guiné, onde as possibilidades de conversão dos gentios e de estabelecimento de laços comerciais e diplomáticos com os reinos africanos se mostravam promissoras (OLIVEIRA MARQUES; SERRÃO, 1998). Evangelização, comércio e expansão, tornavam-se os pilares que legitimavam e engrandeciam as viagens para a África, passando a conduzir e inspirar os seus protagonistas: reis, infantes e navegadores (FRANÇA, 2018). Então, conhecer melhor as terras, os povos, e saber aos poucos diferenciar os homens uns dos outros, o lugar que ocupavam em suas respectivas sociedades, e por fim, nomeá-los, tinha um sentido sobretudo moral, ligado ao plano maior da expansão da fé, mas também prático, como veremos.

Durante os primeiros anos de descoberta¹¹ e de captura de cativos, os exploradores foram percebendo que entre aqueles haviam alguns que tinham “vantagem de nobreza” sobre os outros, ou seja, eram alguma coisa próxima do que reconheciam como fidalgos em terras cristãs. Os navegadores observaram que, por isso, aqueles sabiam mais sobre outros lugares, e

¹⁰ O termo “grandes” designava a alta nobreza, infantes, duques, condes e marqueses. Cf. Maria Ângela Beirante. **As Estruturas Sociais em Fernão Lopes**, p. 67-76; MATTOSO, José (dir. e coord.), **História de Portugal. A Monarquia Feudal**. Vol. II. Portugal: Editorial Estampa, 1997, p. 440-452.

¹¹ Descoberta no sentido de “descobrimento”, o termo foi utilizado ao largo do século XV, mormente a partir de 1470, e denota “enquerer”, “haver informação”, “saber mais” e dar a conhecer o que era somente parcialmente conhecido. Ver: THOMAZ, Luís Filipe F. R. **Le Portugal et l’Afrique au XVe siècle: les debuts de l’expansion**. Lisboa: Instituto de investigação científica tropical, 1989; WOLFZETTEL, Friedrich. *Voyage de découverte et appropriation de l’autre: le problème de l’Amérique*. In.: **Le discours du voyageur**. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.



que falavam também outras línguas, “pois andaram por outras terras” (ZURARA, op. cit., p. 75).

Na expedição de Nuno Tristão e Antão Gonçalves na região do Porto da Galé e do rio do Ouro no início da década de 1440, na qual resultou na “presa” de dez cativos, “entre homens e mulheres” presos “era um grande entre aqueles que se chamava Andahu” (*Idem*, op. cit.). Foi assim reconhecido e nomeado porque queria semelhar um cavaleiro, tanto por sua compostura quanto por entender a linguagem do trugimão árabe que os portugueses haviam levado na expedição.

E muito se falou depois sobre esse nobre cavaleiro de origem africana; a ele Zurara dedicou quase um capítulo de sua crônica, e poucos anos depois o navegador português Diogo Gomes de Sintra rememorou o episódio de sua captura. Segundo aquele que primeiro narrou sua história, o cavaleiro era “docemente tratado” no cativo devido a “excelência da nobreza” que tinha, sendo “muito bem vestido de roupas” pelo Infante.

No entanto, apesar do bom tratamento que recebia, Zurara narra que aquele cavaleiro africano tentava constantemente negociar sua libertação, pois o desejo de liberdade era maior entre os de “razão” ou “nobreza” mais abastada que entre a gente comum (*Ibidem*, p. 85).

Pressupôs-se que os homens nobres, ricos ou considerados distintos por aquelas gentes, sabiam mais sobre outras terras, e por isso foram tomados por valiosos não só como cativos, mas também por aparentarem maior acesso aos mercados africanos - muito cobiçado pelos portugueses; e, por que gozavam de posição privilegiada, podiam tornar aos portugueses os encontros com os reis e chefes africanos menos dramáticos.

A descrição minuciosa do caso de Andahu, o primeiro nas terras de Guiné a ser nomeado pelos relatos, mostra, de um lado, a identificação das primeiras silhuetas africanas, já não vistas como uma massa homogênea, e do outro, os interesses por detrás em nomear alguns em detrimento de outros. Ao cavaleiro africano foi lançado muitas expectativas; sua posição apontava para a possibilidade de conhecer mais sobre aquelas terras estranhas, por isso o Infante D. Henrique manifestou seu desejo de tê-lo “em serviço”, para “não somente daquela terra” tudo saber, “mas ainda das Índias, e da terra do Preste João” (*Ibidem*, p. 86).

Foi a partir de uma aliança deste tipo que anos antes os portugueses conseguiram uma boa presa na ilha de Palma nas Canárias. Os naturais da terra que ajudaram os exploradores naquela escaramuça mereceram destaque na história de Zurara. Ao lado do nome de Álvaro



Gonçalves de Ataíde, governador da casa do Infante D. Pedro, e um dos capitães da expedição, está o de Bruco e o de Piste, dois canarinos nascidos em Gomeira.

A narrativa deste episódio mostrou não somente o valor prático do trato, mas também quem merecia ser nomeado e lembrado naquela história dos feitos notáveis do reino português. O cronista quis demonstrar o caráter exemplar das “boas vontades” dos canarinos em fazer parte daquela peleja, e em “trabalhar sobre qualquer coisa que serviço fosse do senhor Infante D. Henrique”, coisa a que “davam muitas graças a Deus” (*Ibidem*, p. 292-293).

Ainda que uns mais objetivos que outros, os relatos em suas diferentes formas sublinhavam os nomes de alguns dos que partiam de Portugal e de outros já em África, seja para dar ênfase ao caráter exemplar da conduta desses que iam e agiam em nome de Deus e do reino português, seja para dar a conhecer os que contribuíram para fixar a presença portuguesa naquelas terras.

Assim, nomeá-los servia, ao mesmo tempo, para inspirar e guiar outros que desejavam partir, e igualmente, para não deixar cair em esquecimento os responsáveis por firmar os primeiros contatos e alargar as fronteiras cristãs em terras de infiéis.¹² Tal finalidade consistiu em um dos eixos moralizantes que transcenderam aqueles diferentes tipos de escritos dedicados a narrar as viagens portuguesas para a África (FRANÇA, 2018), ainda que tal prática não tenha nascido propriamente com esses relatos.¹³ O antigo costume de enfatizar a conduta de nomes exemplares do passado português, mesclou-se à novidade de dar a conhecer os nomes de alguns

¹² Até pelo menos meados do século XV, os portugueses não sabiam ao certo até onde ia o poderio dos mouros em África, os tais adoradores da “seita de Maomé”, como bem sublinhou Zurara. Os muçulmanos eram os inimigos por excelência dos cristãos, no plano religioso e político; mas a Península Ibérica por muito tempo manteve uma relação ambígua de guerra e paz com os mouros e moçárabes fora e dentro de seu território. Cf.: GARCÍA FITZ, Francisco. La confrontación ideológica con el adversario musulmán a través de las biografías nobiliarias del Siglo XV: la percepción del <<outro>>. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.). **Cristãos contra muçulmanos na Idade Média Peninsular** – cristianos contra musulmanes en la Edad Media Peninsular. Lisboa, Madrid: Edições Colibri, Universidad Autónoma de Madrid, 2015, p. 277.

¹³ Os panegíricos, as vidas de santos, os roteiros, ou os percursos senhoriais das famílias nobres portuguesas, estão presentes em Portugal desde pelo menos o século XII. Tais escritos, que não foram propriamente gêneros literários, mas narrativas com particularidades próprias e dedicadas a determinados fins, tinham em comum seu caráter exemplar, no sentido de dar a conhecer as vidas dos que foram exemplares, seja pela sacralidade de suas ações, ou pela nobreza de seu nome, visando inspirar, ensinar e reger as vidas cristãs, não deixando que, tanto grandes como pequenos, se privassem de conhecer excelentes e maravilhosos exemplos. Ver: BAÑOS VALLEJO, Fernando. **Las vidas de santos en la literatura medieval española**. España: Ediciones Del Laberinto, 2003, p. 46-47; LUCAS, Maria Clara de Almeida. **Hagiografia Medieval Portuguesa**. Lisboa: Biblioteca Breve, 1984, p. 9-10; VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo. **Os Pimentéis** – percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV). Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2011, p. 111.



africanos que direta ou indiretamente participaram desse processo simultâneo de aproximação e expansão.

A despeito de sua origem estrangeira, o veneziano Luís de Cadamosto mais de uma vez enfatizou a grandeza da condição de pioneiros e de principais dos portugueses naquelas terras. Um pouco antes de encontrar o rei de Caior, na região do rio Senegâmbia, o veneziano afirmou que aquelas gentes nunca tinham visto navios “desde que o mundo é mundo”, ou pelo menos “desde que tiveram conhecimento dos portugueses”.¹⁴

Assim como outros que escreveram antes e depois dele, o mercador rememorou em seus escritos os nomes de alguns que realizaram feitos notáveis, como o de Gil Eanes e a dobra que fez no promontório de Bojador; e Antão Gonçalves e o resgate dos primeiros cativos no rio do Ouro.

No entanto, não deixou, igualmente, de registrar os nomes dos africanos que fizeram alguma diferença em sua viagem, e que representavam, ao mesmo tempo, figuras relevantes às relações pretendidas. Especificou que “no seu tempo” o nome do rei de Senegal, o “país” denominado “Gilofos”¹⁵ dos “primeiros negros”, se chamava Zucolino e tinha 22 anos (CADAMOSTO, op. cit. p. 116); no entanto, o mercador quis também mencionar aquele rei para demonstrar que em “nada” era “semelhante aos [nossos] reis da Cristandade”, isto é, não era poderoso, pois reinava sob “gente selvagem e muito pobre”, e vivia com temor “na dúvida de ser morto ou expulso” por seus adversários (*Ibidem*, p. 117).

O veneziano dá outros detalhes que se mostravam relevantes aos reis cristãos, no caso destes quererem tratar alguma aliança, ou alargar seu poderio naquelas partes. Um rei que reinava um “país” que não era “murado”, cercado apenas de “aldeias e casas de palha”, e que não tinha “rendimento certo” além do que escassamente recebia de seus próprios súditos, ou de alguns roubos que fazia (*Idem*), não poderia, de um lado, sinalizar uma aliança auspiciosa, e nem do outro, uma ameaça bélica à Cristandade.

¹⁴ É interessante destacar aqui que apesar do mercador veneziano se afirmar como o primeiro de sua cidade que pisou naquelas terras, este não se coloca como protagonista daqueles feitos, mas como parte de um projeto muito maior que se queria exclusivo dos portugueses: as descobertas engendradas pelo Infante D. Henrique. CADAMOSTO, Luís de. loc. cit. p. 123.

¹⁵ Djolof, Jolof ou mencionado de ambas as formas em português, Jalofos ou Gilofos; foi um povo africano que ocupou a parte que corresponde aos atuais territórios de Senegal e Mauritânia. A partir do século XV este reino se expandiu tornando-se o Grão Jolof, e passou a reunir os pequenos estados de Baol, Cajor (Kayor ou Caior), Futa, Sinê, Salum e Ualô. Cf.: MACEDO, José Rivair. LOPES, Neil. **Dicionário de História da África** – Séculos VII a XVI. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017, p. 163.



Em contrapartida à descrição do reino de Zucolino,¹⁶ o mercador veneziano que chegou até o reino de Caior onde reinava um senhor que se apresentou como Budomel,¹⁷ declarou que ali se deteve “para ter notícias desse senhor”, pois soubera por outros que aquele “era pessoa de bem e senhor no qual se podia confiar, e que pagava magnificamente” bem (*Idem*).

Nos domínios do reino de Budomel, o viajante esteve também com o sobrinho do dito senhor, um tal de Bisboror que governava uma “vilazinha” da jurisdição do tio; o qual fez a ele “sempre honra e boa companhia”. Cadamosto esteve no reino de Caior por 28 dias, e nos legou uma relação circunstanciada sobre os costumes daquelas gentes, bem como sobre os domínios, riquezas, e mercados de Budomel.

As relações do mercador ali foram tão estreitas, que em suas palavras ressaltou que acabou por tomar “grande familiaridade” por aquele senhor de Caior; e que no fim de sua estada tinha total liberdade para ir e vir pelos lugares considerados restritos à gente “miúda”.¹⁸

A possibilidade de uma estada mais longa, e que propiciava um contato mais demorado a partir da década de 1450, permitiu também uma abertura maior às relações interpessoais, e ao estabelecimento dos primeiros laços diplomáticos entre reinos. É verdade que as tentativas de aliança com reinos ou chefes locais já aconteciam desde as primeiras viagens, como nos narra Cadamosto sobre o trato de 10 anos que havia feito D. Henrique com os azenegues da costa para instaurar uma feitoria em Arguim, no sul da Mauritânia (CADAMOSTO, op. cit.).

O exemplo mais conhecido desde o século XIII, foi a tentativa de contato com o reino africano de Preste João. A busca deste reino cristão cercado de infiéis existiu por muito tempo no plano imaginário,¹⁹ e no plano prático se estendeu até pelo menos 1485, quando o rei D.

¹⁶ Em sua passagem por aquelas terras, o mercador veneziano não pôde perceber a complexidade do reino africano, o alcance do seu poderio, e os reinos que eram subordinados ao Grão Jalofo.

¹⁷ Luís de Cadamosto especifica que este “pronome” era “nome de senhor” e não “nome próprio”, como “se se dissesse país de tal senhor ou conde”. Cf.: CADAMOSTO, Luís de. loc. cit. p. 124.

¹⁸ Cadamosto recorre ao uso do termo “gente miúda” para se referir de forma geral aos povos africanos sem distinção social. Ainda que não tenha especificado, sabemos que o termo era utilizado para se referir às massas pobres e anônimas. Vejamos a definição de D. Duarte no Livro da Ensinança: “[..] que gente meuda aja dellas tal pratica que muyto valha. Mas do exemplo dos senhores e dos principaaes, como dicto he, toda casa ou reyno filham grande exempro em semelhante.” Cf.: D. Duarte. **Livro da Ensinança de bem cavalgar toda a sela que fez El Rey D. Duarte**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986, cap. XV, p. 119; Cadamosto, Luís de. loc. cit. p. 131-132.

¹⁹ A crença num reino cristão do distante Oriente, percorria a Cristandade europeia desde pelo menos o século XII. Primeiramente situado na Abissínia, a partir do século XIV o reino de Preste João passou a ser situado na ainda imprecisa Etiópia, sobretudo por causa de um livro denominado Livro Del Conoscimiento, de autor desconhecido, que naquele século começou a circular nas ilhas atlânticas e em terras Ibéricas. Cf.: MOLLAT, Michel. **Los exploradores del siglo XIII al XVI** – primeras miradas sobre nuevos mundos. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, p. 35-36.



João II enviou a embaixada de Pero da Covilhã em busca, ainda, de sua localização exata (FRAGA, 2005).

As novas relações traziam, contudo, outros cenários. Os anos de 1485 e 1491 foram marcados também pela grande excitação coletiva que suscitou as tratativas com o reino do Congo. O cronista régio Rui de Pina, sucessor de Zurara, escreveu com detalhes em sua *Crônica do rei D. João II* e na *Relação do Reino do Congo* as alegrias daquela aliança diplomática que foi recebida com grande festa. O rei do Congo denominado de Chrachanfusuz, e que “depois de ter tomado a água do batismo”, passou a ser chamado de João da Silva, segundo as palavras do cronista, havia se tornado “o mais feliz de todos os outros príncipes do mundo” por causa de “tanta glória e júbilo” que aquela aliança outorgou ao seu reinado (RADULET, 1992).

Outro senhor, “um certo irmão da mãe do rei do Congo”, Manisono, ao receber a mensagem do batismo de João da Silva, “tocou com as mãos a terra em sinal de honra e depois as passou na cara”, como mandava o costume de sua terra, seguindo o mesmo caminho do sobrinho no batismo na “verdadeira fé”; e passou a se chamar Manuel, “como o nome do irmão da Rainha de Portugal”, juntamente com seu filho, nomeado então de Antônio (*Ibidem*, p. 107-111).

O recém-cristianizado reino do Congo encerra a série de grandes acontecimentos daquele século. Duarte Pacheco Pereira, que empreendeu suas viagens nos últimos anos daquela centúria, embora só tenha organizado o seu roteiro entre os anos de 1505 e 1520, acrescenta poucos eventos memoráveis resultantes daquelas relações firmadas. Na verdade, o cosmógrafo português se mostrou mais cético que seus precursores nos encontros com outros reinos e reis africanos. Nos anos em que escreveu, as relações com o reino do Congo não alcançaram nem as expectativas iniciais, pois para os congoleses “lhes foi muito grave deixar de ter muitas mulheres como sempre tiveram” e outras coisas mais, e assim, também “pela pouca participação” que com aquele reino tiveram naqueles anos, “a doutrina entre eles” foi “se perdendo quanto pode” (PEREIRA, op. cit. p. 170-171).

Outros reinos e reis de grande poder que foram conhecidos e mencionados, como o prestigiado Licosaguou, rei de Benim, “senhor de muita gente” que tinha “grande poder”, e que sempre ia acompanhado de outro “grande senhor” chamado Hògané, que segundo Duarte Pacheco, era uma figura religiosa tão poderosa quanto “o Papa entre nós” (*Ibidem*. p. 149-150);



e, também, outro rei de nome Jalomansa,²⁰ que reinava sobre os Jalungas, povos que viviam na região do rio Grande e Serra Leoa (PEREIRA, Duarte Pacheco. op. cit.); tiveram suas soberanias reconhecidas pelos portugueses, mas ao que parece, mais nada além disso se passou.

4 A ASSIMILAÇÃO, A OBSTINADA DIFERENÇA E A AÇÃO REVELADORA DO OUTRO

As viagens para a África não perderam seu ímpeto inicial no despontar do século XVI, no entanto, ter chegado mais longe, ter conhecido melhor outras partes, e perceber que certos lugares não eram da forma que imaginavam,²¹ atenuou algumas das crenças legendárias que percorreram o imaginário do homem medieval (LECOQ; CHAMBARD, 2003), e algumas das grandes expectativas de conquista que remetiam aos anos dourados de quando os Infantes e seus homens ilustres marcharam sobre Ceuta (FIGUEIREDO, 2005).

Os exploradores tiveram de se adequar às diferentes dinâmicas comerciais e de subsistência dos povos da costa ocidental africana. Estavam cercados por uma rede de sociedades complexas: de um lado, os azenegues, alarves e árabes caraverneiros - povos nômades que professavam a fé de Maomé e falavam o árabe - iam e vinham com suas cáfilas e camelos percorrendo todo o Sael,²² abastecendo os mercados africanos da costa saariana com escravos, malagueta, noz-de-cola, tecidos e com o cobiçado ouro sudânes; e do outro, encontraram povos na região costeira da Guiné²³ que eram fundamentalmente agricultores, mormente rizicultores, e que pouco se dedicavam ao comércio de cabotagem e da pesca, não possuindo mais do que simples almadias de reduzido alcance (NAINE, 2011). Quanto mais longe do deserto, menos contato tinham os povos com o comércio muçulmano das rotas saarianas, e logo, com o ouro sudanês.

²⁰ Só sabido posteriormente, o prefixo “mansa” remetia ao soberano do Mali, antigo Malinké, grande reino mandinga que englobava outros reinos menores, como o de Jalunga mencionado por Duarte Pacheco. Cf.: MACEDO, José Rivair. LOPES, Nei. **Dicionário de História da África – Séculos VII-XVI**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017, pp. 196-199.

²¹ Àquela altura, os portugueses finalmente haviam localizado o reino de Preste João na Etiópia, e descobriram que aquele reino estava muito distante de ser o Paraíso Terreal tal qual haviam outrora imaginado. Cf.: COSTA E SILVA, Alberto da. A Manilha e o Libambo – **A África e a escravidão**, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011, p. 573-574.

²² Porção desértica que corresponde toda a faixa que sai do Sudão Oriental e desemboca no litoral mauritano.

²³ Naquele tempo toda a região que vai do rio Senegal a mais ou menos a costa da Mina, era compreendida como Guiné ou Etiópia Inferior.



Os povoados eram organizados em clãs, chefiados por patriarcas de poder limitado; e os vastos reinos eram esporádicos (*Idem*, 2011). Algumas populações eram tão pobres, que suas gentes viviam sobretudo para a subsistência; habitavam em casas palhoças ou feitas de “costas de baleia cobertas com sebo”, e ali, como sublinhou Duarte Pacheco, passavam toda a “sua triste vida” (PEREIRA, op. cit. p. 174).

Para se introduzir parcialmente no comércio da região de Arguim, D. Henrique teve de fazer um contrato por 10 anos com os azenegues, como narrou Cadamosto, e mesmo assim, os portugueses acabaram por espantar os comerciantes transaarianos daquela região, e anos depois o projeto se tornaria um fiasco por diversas razões (COSTA E SILVA, 2011).

O próprio mercador veneziano esperava ter tido mais sucesso em suas trocas na costa da Guiné, lá, obteve pouco ouro, quase nada, e somente alguns poucos escravos; mas ainda assim, não há dúvidas de que seus ganhos haviam sido melhores do que costumeiramente lograva em sua própria terra (*Idem*, 2011).

O desejo de introduzir-se nos mercados de especiarias das Índias nunca deixou de figurar nos projetos e no imaginário lusitano quatrocentista, embora tenha acabado por dividir seu protagonismo com as descobertas em África ao longo daquele século. Entre os anos de 1497 e 1499 a expedição de Vasco da Gama alcançava o golfo Índico contornando a costa africana, e a partir de então um novo tempo alvorecia no reino português.

Conquanto as relações comerciais com as populações e reinos das costas de Guiné não haviam sido duradouras e nem suscitado tantos proveitos até o fim do século XV²⁴, o que havia feito e descoberto os grandes nomes portugueses daquela centúria deveria, da mesma forma, ser eternizado nas crônicas e relatos de viagens que, unanimemente, exaltaram “tamanhas coisas” da “santa e grande conquista” que fizeram naquelas partes.

Tais eventos, como ressaltou Duarte Pacheco Pereira em seu roteiro com laivos cronísticos, nunca deveriam ser esquecidos, pois os feitos portugueses haviam deixado “muito abaixo” os “famosos feitos de Alexandre Magno e dos Romanos” (COSTA E SILVA, op. cit., p. 201).

No recontar dessa história por tantas vezes e de várias formas no decorrer do século XV, e pelo menos pelos próximos dois séculos, tanto pelos portugueses quanto por estrangeiros,

²⁴ O comércio de escravos só viria suscitar grandes rendimentos e tornar-se a atividade mais lucrativa para a coroa portuguesa a partir da metade do século XVI. Cf.: COSTA E SILVA, Alberto da. loc. cit. pp. 453-462.



reconhecer os nomes de alguns reis, chefes e de também o de outras figuras africanas, havia servido, a princípio, como meio de conhecer melhor os espaços, e de sistematizá-los para melhor se situar,²⁵ e por fim, como forma de diferenciar os povos e os reinos encontrados. Certamente que tal exercício mesclou-se também a inevitável curiosidade pessoal do viajante que via aquele universo pela primeira vez e buscava traduzi-lo, nomeá-lo, e assim, encontrar nele, as semelhanças (FOUCAULT, 2000).

Por um lado, reconhecer os africanos e seus espaços nos relatos e crônicas de viagem, foi se tornando, aos poucos, uma ferramenta de identificação a auxiliar nas pretensões portuguesas de controle dos reinos e de suas jurisdições, já que, conhecer melhor facilitaria as tratativas diplomáticas e comerciais que se pretendia; mas por outro lado, tais escritos deixaram entrever a identidade das coisas e das pessoas (*Idem*, 2000), bem como a participação dos agentes africanos naquele processo simultâneo de expansão do mundo cristão e do encontro de novos mundos.

Assim como uma cortina que foi se abrindo, os escritos revelaram ao mundo cristão de Quatrocentos suas semelhanças e dissemelhanças em relação àquela África que se tornava

²⁵ Os primeiros mapas e cartas marítimas sobre as costas de África, frutos das visitas recorrentes àquele território e das observações e descrições sistemáticas, começaram a ser produzidos já em meados do século XV. Chegou até o nosso conhecimento quatro mapas portugueses: o *Fragmento Anônimo* que se encontra na Biblioteca Nacional de Portugal, a *Carta Anônima de Modena*, a *Carta de Pedro Reinel* e a *Carta de Jorge Aguiar*, todos produzidos entre os anos de 1450 e 1500. No entanto, sabemos que outras iconografias sobre a África produzidas por catalães, árabes e genoveses já circulavam na Europa em larga escala. Sabemos também que o próprio Duarte Pacheco Pereira realizou alguns contornos geográficos dos espaços que percorreria, como indica em seu livro de cosmografia e marinharia, embora estas tenham se perdido. As formas de sistematização e de controle daqueles espaços se deram através de diversos meios disponíveis aos homens daquela época. Atentar para essas diferentes formas de discursos e de transmissão do conhecimento sobre a África ao longo do século XV, consiste em um exercício de suma importância para compreender a dimensão do que estava sendo conhecido, “descoberto”, e dado a conhecer; e dos motivos por que lugares, figuras e reinos específicos foram destacados em detrimento de outros. No entanto, durante a presente análise, buscamos nos deter nos discursos escritos, pois o intuito desta investigação consistiu em desdobrar a construção dos valores morais em língua portuguesa sobre outras terras e em outras terras no período da primeira expansão do Império Português; tendo em vista a língua vernacular em comum – ou a que predominava naquele contexto específico – e o vocabulário partilhado entre os viajantes, e que mais tarde foi incorporado, ressignificado e modificado – devido aos contatos, trocas e encontros – nas novas terras. E que assim, acabou por ligar o mundo europeu e cristão aos novos mundos de então. Sobre os mapas portugueses, ver: BARBOSA, Katuscia Quirino. *A África sob o olhar do outro: a Guiné nas representações literárias e cartográficas portuguesas do século XV*. 2017. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro. 349 f. pp. 39-40. Sobre o conceito de descoberta, ver: THOMAZ, Luís Filipe. *Le Portugal et l’Afrique au XVe siècle: les débuts de l’expansion*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1989. Sobre a transmissão das boas novas portuguesas em outras terras em Quinhentos, ver: AVELAR, Ana Paula Menino. **Representações de um mundo novo no Portugal de Quinhentos**. Portugal: Edições Cosmos, 2011. Sobre as cartas marítimas de Duarte Pacheco Pereira, e as influências que recebeu, ver: CARVALHO, Joaquim Barradas de. **As fontes de Duarte Pacheco Pereira no “Esmeraldo de Situ Orbis”**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.



conhecida, e a partir dos quais se começou a saber, da mesma forma, sobre as feições de algumas daquelas gentes que até então nunca foram sabidas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, Ana Paula. **Representações de um mundo novo no Portugal de Quinhentos**. Portugal: Edições Cosmos, 2011.

BAÑOS VALLEJO, Fernando. **Las vidas de santos en la literatura medieval española**. España: Ediciones Del Laberinto, 2003.

CADAMOSTO, Luis de. **Viagens de Luis de Cadamosto e de Pedro de Sintra**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1948.

COSTA E SILVA, Alberto da. **A Manilha e o Libambo: a África e a escravidão de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

D. Duarte. **Livro da Ensinça de bem cavalgar toda a sela que fez El Rey D. Duarte**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986.

FIGUEIREDO, Albano. Viagem, cavalaria e conquista na Crônica de Guiné de Gomes Eanes de Zurara. *Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005.

FOUCAULT, Michel. **O belo perigo: conversa com Claude Bonnefoy**. Tradução de Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

FRAGA, Luís M Alves de. **A viagem de Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva ou a mundividência de D. João II**. Lisboa: Apenas Livros Lda, 2005.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. **Palavras capitais na história dos reis, dos infantes e dos navegadores**. *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 39, pp. 75-94, 2018.

GARCÍA FITZ, Francisco. *La confrontación ideológica con el adversario musulmán a través de las biografías nobiliarias del Siglo XV: la percepción del <<outro>>*. In: AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. FERNANDES, Isabel Cristina F. (coord.). **Cristãos contra muçulmanos na Idade Média Peninsular: cristianos contra musulmanes en la Edad Media Peninsular**. Lisboa, Madrid: Edições Colibri, Universidad Autónoma de Madrid, 2015.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **A economia dos descobrimentos henriquinos**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1962.

_____. **Mito e Mercadoria, Utopia e prática de Navegar**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1990.



HESPANHA, António Manuel. *Os juristas como couteiros: a ordem na Europa ocidental dos inícios da idade moderna*. **Revista Análise Social**, v. 161, 2001, p. 1183-1208.

LA FOSSE, Eustache de. **Crónica de uma viagem à costa da Mina no ano de 1480**. Prólogo de Joaquim Montezuma de Carvalho. Lisboa: Veja, Documenta Historica, 1992.

LECOQ, Danielle. CHAMBARD, Antoine. **Terre à découvrir, terres à parcourir: exploration et connaissance du monde XIIe - XIXe siècles**. Paris: L'Harmattan, 2003.

LOPES, Paulo. **O medo do mar nos descobrimentos: representações do fantástico e dos medos marinhos no final da Idade Média**. Lisboa: Tribuna da História, 2009.

LUCAS, Maria Clara de Almeida. **Hagiografia medieval portuguesa**. Lisboa: Biblioteca Breve, 1984.

MACEDO, José Rivair. LOPES, Neil. **Dicionário de História da África: séculos VII a XVI**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2017.

MATTOSO, José. **Ricos-homens, Infâncias e Cavaleiros: a nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII**. Lisboa: Guimarães Editores, 1985.

MELLO E SOUZA, Marina de. **Além do visível: poder, catolicismo e comércio no Congo e em Angola (Séculos XVI e XVII)**. São Paulo: Edusp, 2018.

MOLLAT, Michel. **Los Exploradores del siglo XIII ao XVI: primeras miradas sobre nuevos mundos**. Tradução por MIJANGOS, Ligia Arjona. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

NIANE, Djibril Tamsir. **História Geral da África: África do século XII ao XVI**. Vol. IV. Brasília: Cortez Editora, 2011.

NIETO SORIA, José Manuel. *Del rey oculto al rey exhibido: un sintoma de las transformaciones políticas en la castilla bajomedieval*. **Medievalismo**. Vol 2, Madrid: Universidad Complutense, 2004.

OLIVEIRA MARQUES, A. H. SERRÃO, Joel. **Nova história da expansão portuguesa: a expansão quatrocentista**. Vol. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

PEREIRA, Duarte Pacheco. **Esmeraldo de Situ Orbis: introdução e anotações históricas de Damião Peres**. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1988.

PINA, Rui de. *Relação do Reino do Congo*. IN: RADULET, Carmen. **O cronista Rui de Pina e a “Relação do Reino do Congo” – Manuscrito inédito do Códice Riccardiano**



1910. Portugal: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Imprensa Nacional : Casa da Moeda, 1992.

RANDLES, W.G. L. **Da terra plana ao globo terrestre:** uma mutação epistemológica rápida (1480-1520). Campinas: Papirus, 1994.

SINTRA, Diogo Gomes de. **Descobrimento primeiro da Guiné.** Edição crítica de Aires A. Nascimento. Lisboa: Edições Colibri, Obras Clássicas da Literatura Portuguesa, 2002.

THOMAZ, Luís Filipe F. R. **Le Portugal et l'Afrique au XVe siècle:** les debuts de l'expansion. Lisboa: Instituto de investigação científica tropical, 1989.

VASCONCELOS E SOUSA, Bernardo. **Os pimentéis:** percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV). Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2011.

VELHO, Álvaro. **Roteiro da viagem de Vasco da Gama.** 2ª Ed. Cópia e correções por A. Herculano e Barão do Castello de Paiva. Lisboa: Imprensa Nacional, 1939.

VEYNE, Paul. **Foucault:** o pensamento, a pessoa. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2009.

WOLFZETTEL, Friedrich. *Voyage de découverte et appropriation de l'autre:* le problème de l'Amerique. In.: **Le discours du voyageur.** Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

ZUMTHOR, Paul. **La medida del mundo.** Espanha: Cátedra, 1998.

ZURARA, Gomes Eanes. **Crônica de Guiné:** introdução, novas anotações e glossário de José Bragança. Porto: Livraria Civilização Editorial, 1973.